



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

TARDE

TÉCNICO - APOIO ESPECIALIZADO - SEGURANÇA DO TRABALHO

PROVA OBJETIVA – NÍVEL MÉDIO

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

Texto 1

Menos mortes e engarrafamentos: movimento quer reduzir a velocidade nas cidades brasileiras (adaptado)

Por Marcela Donini e Tiago Medina

Mais que uma mudança de cidade e país, a vida da fonoaudióloga Paula Dallegrave Priori mudou de estilo a partir de 2021. Acompanhada do marido e da filha, então com menos de 3 anos, ela trocou Porto Alegre por Barcelona. O carro da família, tão necessário para deslocamentos na capital gaúcha, ficou do lado de cá do oceano. Se antes era um elemento presente no cotidiano, tornou-se anacrônico na nova cidade.

“A percepção do trânsito em relação a Porto Alegre é bem clara: aqui é muito melhor. Não percebemos o ambiente tóxico que é o trânsito aí”, compara ela, usuária frequente do metrô, além de pedestre habitual. Aliás, caminhar na rua com a filha é, agora, mais tranquilo. “Os carros não andam em alta velocidade, respeitam o pedestre, faixa de trânsito, usam a seta, enfim tu consegue prever o que vai acontecer.”

Tendência em cidades que são exemplo em mobilidade ativa, a redução de velocidade foi decretada pelo governo espanhol em maio de 2021. Desde então, os limites na maioria das vias urbanas de todas as cidades espanholas são de até 30 km/h [...].

Um movimento no Brasil quer entrar nessa onda e readequar os limites nas vias das cidades de todo o país. A União de Ciclistas do Brasil (UCB), em parceria com outras entidades como a Fundação Thiago Gonzaga, propõe uma alteração no Código de Trânsito Brasileiro que fixaria em 60km/h o máximo permitido nas vias de trânsito rápido e 50km/h nas vias arteriais. [...] O máximo para vias coletoras e locais permaneceria em 40km/h e 30 km/h.

[...]

O documento publicado pela entidade apoia-se ainda em experiências brasileiras e estrangeiras nas quais a redução das velocidades levou a maior segurança no trânsito. São Paulo, por exemplo, fez alterações significativas nesse sentido desde 2011. Em 2015, foram reduzidos os limites em duas das principais vias expressas, as marginais Tietê e Pinheiros [...]. O sucesso da operação, destaca o relatório da UCB, foi verificado no ano seguinte, quando a cidade registrou uma queda de 52% no número de mortes nas duas marginais.

Outras experiências dentro e fora do Brasil comprovam a relação entre velocidades menores e menos mortes, mas ainda falta comunicar efetivamente esses dados à população. Uma pesquisa de opinião encomendada pela UCB a uma empresa terceirizada revelou que 82% dos entrevistados conhecem alguém que morreu no trânsito, e 9 em cada 10 consideram alto o número de mortes nas vias brasileiras. Quando a questão são limites de velocidade mais baixos, metade concorda que isso evitaria mais óbitos, mas 8 em cada 9 deixaram de citar a redução dos limites como fator importante para essa queda.

[...] “As pessoas sempre pensam que vão ter perda se forem mais devagar. Ao contrário, o trânsito flui melhor”, diz, citando o exemplo da ponte Rio-Niterói, onde o limite passou de 110km/h para 80km/h e houve melhoria na fluidez. “Por isso, estamos deixando de falar em *redução*, e usando o termo *readequação* de velocidades”, explica.

Ana Luiza Carboni, coordenadora do projeto Vias Seguras, destaca uma ilustração didática aprendida com a engenheira de transportes e professora da Universidade Federal de Alagoas Jessica Lima. “Pense em uma torneira aberta, com ralo pequeno. Se você abrir toda a torneira, a água vai acumular. Se abrir menos, ela vai escoar, vai passar mais lentamente, mas constantemente”, exemplifica. “É preciso mudar a visão de que ‘a velocidade vai fazer eu chegar primeiro’. Já está provado que a redução da velocidade máxima não tem impacto na velocidade média. As cidades são feitas de gargalos. Acelerar significa apenas que você vai chegar mais rápido num gargalo”, completa.

[...]

Status do carro

Em cidades planejadas para o carro, não à toa a população mais vulnerável no trânsito são pedestres, ciclistas e motociclistas – e dentro desse grupo, as vítimas mais comuns são pessoas negras, destaca Carboni.

Para a engenheira civil e gerente de mobilidade ativa do WRI, Paula Manoela dos Santos, a questão geracional é chave na mudança de visão que ainda precisa ser feita para o carro deixar de ser visto como o elemento central na mobilidade. “Ainda habita em nós uma questão de status do carro. A bicicleta é vista como veículo só no Código de Trânsito Brasileiro. Para as pessoas, nem sempre. Diria que até é um pouco marginalizada, como considerar que quem anda de bicicleta não teve sucesso”, diz.

Carboni sabe bem do que Santos está falando. A ativista, que não tem carro há oito anos, costuma contar a história de suas idas ao mercado: “Na hora de pagar, sempre perguntam se tenho o ticket do estacionamento, e eu respondo que não tenho carro. Até que um dia uma caixa falou ‘Deus há de prover um pra você’”.

Apesar de o caminho até um trânsito mais seguro ser longo, os especialistas ouvidos pelo Matinal são otimistas. Bohn lembra que já se avançou muito: “Hoje não é mais aceitável beber e dirigir como era 20 anos atrás”. A engenheira da WRI faz questão de ressaltar que as novas gerações têm outro entendimento, especialmente em relação ao carro.

Paula que o diga. A porto-alegrense cuja história abre a reportagem tem convicção de que o novo estilo de vida irá mudar a perspectiva da filha, de 4 anos, sobre mobilidade. “Hoje, ela está muito mais acostumada a ver as pessoas fazendo as coisas de bicicleta. Os ciclistas enfrentam dia de chuva, de frio. Isso é normal”, diz. Além do automóvel, também ficou para trás o hábito de entregar o celular na mão da pequena para driblar a impaciência dos momentos de trânsito parado.

Disponível em: <https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/reportagem-matinal/reduzir-velocidade-nas-cidades-brasileiras/>

1

O texto 1 discute o problema da segurança no trânsito. A alternativa que identifica, de acordo com o texto, uma *causa indireta* dos acidentes de trânsito é:

- (A) respeito ao pedestre;
- (B) sobrecarga do serviço público de saúde;
- (C) alteração do Código de Trânsito Brasileiro;
- (D) *status* do carro;
- (E) desenvolvimento de um novo estilo de vida.

2

“Outras experiências dentro e fora do Brasil comprovam a relação entre velocidades menores e menos mortes, mas ainda falta comunicar efetivamente esses dados à população.”

O trecho do texto 1 destacado na passagem acima corresponde a uma *tese*. A alternativa em que um dado estatístico é apresentado como argumento em favor dessa tese é:

- (A) “Quanto menor a velocidade, menos lesões, menos lesões graves e menos mortes.”
- (B) “O sucesso da operação, destaca o relatório da UCB, foi verificado no ano seguinte, quando a cidade registrou uma queda de 52% no número de mortes nas duas marginais.”
- (C) “Uma pesquisa de opinião encomendada pela UCB a uma empresa terceirizada revelou que 82% dos entrevistados conhecem alguém que morreu no trânsito.”
- (D) “Quando a questão são limites de velocidade mais baixos, metade concorda que isso evitaria mais óbitos, mas 8 em cada 9 deixaram de citar a redução dos limites como fator importante para essa queda.”
- (E) “Em São Paulo, houve forte resistência em diferentes setores da sociedade logo após a decisão de reduzir a velocidade nas marginais.”

3

Do ponto de vista da organização estrutural, observa-se no texto 1 uma oposição entre, de um lado, o bloco introdução/conclusão (parágrafos 1, 2 e 13) e, de outro, o bloco do desenvolvimento (parágrafos 3 a 12). Essa oposição decorre da predominância, em cada um desses blocos, de estratégias composicionais distintas.

A alternativa que captura corretamente a oposição entre as estratégias composicionais predominantes em cada um desses blocos, respectivamente, é:

- (A) função fática X função referencial;
- (B) situações factuais X situações hipotéticas;
- (C) sequências descritivas X sequências injuntivas;
- (D) discurso indireto X discurso indireto livre;
- (E) perspectiva particularizante X perspectiva generalizante.

4

“A bicicleta é vista como veículo só no Código de Trânsito Brasileiro’.”

O processo de leitura requer a integração de informações disponíveis no material textual com informações presentes no conhecimento de mundo do leitor.

Integrando-se essas duas fontes de informações, conclui-se que a passagem do texto 1 destacada acima dispara, implicitamente, a ideia de que:

- (A) a bicicleta não é um meio de transporte apropriado em condições climáticas adversas;
- (B) o Código de Trânsito Brasileiro não valoriza devidamente a bicicleta;
- (C) no senso comum, a bicicleta é tratada como equipamento destinado ao lazer ou a atividades físicas;
- (D) gerações mais novas têm revelado uma mudança de mentalidade no que tange à mobilidade urbana;
- (E) a redução da mortalidade no trânsito ainda não pode ser considerada uma realidade.

5

“Por isso, estamos deixando de falar em *redução*, e usando o termo *readequação* de velocidades’, explica.”

Essa passagem destacada do texto 1 faz referência à substituição do termo “redução” pelo termo “readequação” no debate sobre os limites de velocidade no trânsito.

No texto 1, essa substituição é justificada com base no seguinte raciocínio:

- (A) carros não devem ser vistos como símbolos de poder;
- (B) o ritmo frenético da vida nas grandes cidades é nocivo para a população;
- (C) metade da população concorda que limites de velocidade mais baixos acarretariam menos óbitos;
- (D) redução da velocidade máxima não implica redução da velocidade média;
- (E) as gerações mais novas rejeitam a ideia de uma vida sem carro.

6

“Tendência em cidades que são exemplo em mobilidade ativa, a redução de velocidade foi decretada pelo governo espanhol em maio de 2021.”

Levando-se em conta tanto o significado individual das palavras sublinhadas na passagem do texto 1 destacada acima quanto o contexto mais amplo do texto 1, é possível definir a expressão “mobilidade ativa” como:

- (A) readequação dos limites de velocidade;
- (B) deslocamento não motorizado;
- (C) diminuição do índice de lesões graves;
- (D) incentivo à cordialidade no trânsito;
- (E) eliminação de gargalos.

7

Em diversas passagens do texto 1, um pronome pessoal é empregado com sentido genérico, isto é, em referência a um conjunto indeterminado de indivíduos (e não em referência apenas aos interlocutores).

O único caso em que esse emprego genérico NÃO se verifica é:

- (A) “Os carros não andam em alta velocidade, respeitam o pedestre, faixa de trânsito, usam a seta, enfim tu consegues prever o que vai acontecer.”
- (B) “Se você abrir toda a torneira, a água vai acumular.”
- (C) ““Acelerar significa apenas que você vai chegar mais rápido num gargalo’.”
- (D) ““Ainda habita em nós uma questão de status do carro’.”
- (E) “Até que um dia uma caixa falou ‘Deus há de prever um pra você’.”

8

“Por isso, estamos deixando de falar em *redução*, e usando o termo *readequação* de velocidades’, explica.”

Nessa passagem do texto 1, o emprego do itálico em “redução” e “readequação” cumpre a função de:

- (A) atenuar o impacto das palavras destacadas, dada sua relevância para o texto;
- (B) indicar que os termos em destaque foram usados de forma imprecisa ou pouco usual;
- (C) indicar que as palavras em destaque são termos técnicos, pertencendo a um jargão profissional especializado;
- (D) marcar que os itens destacados fazem referência a palavras específicas, e não a conceitos;
- (E) sinalizar que as palavras destacadas são estrangeirismos.

9

“O máximo para vias coletoras e locais permaneceria em 40km/h e 30 km/h.”

Nesse fragmento do texto 1, um verbo flexionado no futuro do pretérito veicula um significado específico.

Dentre as frases abaixo, aquela em que o verbo sublinhado apresenta o mesmo valor semântico observado na passagem acima é:

- (A) Este projeto, se colocado em prática, mudaria a vida de muita gente.
- (B) A testemunha afirmou que o motorista teria fugido sem prestar socorro.
- (C) Você poderia me fazer um favor?
- (D) Tinha ficado combinado que João faria o trabalho.
- (E) João prometeu que iria ao evento.

10

“Se antes era um elemento presente no cotidiano, tornou-se anacrônico na nova cidade.”

A conjunção “se” expressa, primariamente, ideia de condição. Em alguns casos, contudo, um valor semântico adicional se soma a esse significado mais básico.

Na passagem do texto 1 destacada acima, é possível identificar o valor adicional de:

- (A) concessão;
- (B) consequência;
- (C) conformidade;
- (D) proporção;
- (E) explicação.

11

“É preciso mudar a visão de que ‘a velocidade vai fazer eu chegar primeiro’. Já está provado que a redução da velocidade máxima não tem impacto na velocidade média.” (Texto 1)

Embora os dois períodos da passagem acima não estejam ligados por meio de um conectivo, é possível observar que existe entre eles uma relação lógico-semântica específica.

A proposta de reescritura que preserva essa relação lógico-semântica é:

- (A) À medida que é preciso mudar a visão de que “a velocidade vai fazer eu chegar primeiro”, já fica provado que a redução da velocidade máxima não tem impacto na velocidade média.
- (B) É preciso mudar a visão de que “a velocidade vai fazer eu chegar primeiro”, pois já está provado que a redução da velocidade máxima não tem impacto na velocidade média.
- (C) Ainda que seja preciso mudar a visão de que “a velocidade vai fazer eu chegar primeiro”, já está provado que a redução da velocidade máxima não tem impacto na velocidade média.
- (D) É preciso mudar a visão de que “a velocidade vai fazer eu chegar primeiro”; consequentemente, já está provado que a redução da velocidade máxima não tem impacto na velocidade média.
- (E) É preciso mudar a visão de que “a velocidade vai fazer eu chegar primeiro”, desde que já esteja provado que a redução da velocidade máxima não tem impacto na velocidade média.

12

“Outras experiências dentro e fora do Brasil comprovam a relação entre velocidades menores e menos mortes, mas ainda falta comunicar efetivamente esses dados à população.”

A passagem do texto 1 acima reescrita sem mudança substancial de significado é:

- (A) Desde que haja outras experiências dentro e fora do Brasil, comprova-se que há relação entre velocidades menores e menos mortes. Ainda falta, entretanto, comunicar efetivamente esses dados à população.
- (B) Por meio de outras experiências dentro e fora do Brasil, foi comprovada a relação entre velocidades menores e menos mortes, sendo assim ainda falta comunicar efetivamente esses dados aos cidadãos.
- (C) Conforme demonstrado por outras experiências dentro e fora do Brasil, existe relação entre, de um lado, velocidades menores e, de outro, menos mortes. Ainda falta, no entanto, comunicar efetivamente esses dados à população.
- (D) Em havendo outras experiências dentro e fora do Brasil, comprova-se a relação entre velocidades menores e menos mortes, portanto ainda falta comunicar efetivamente esses dados à população.
- (E) Comprovando a existência de relação entre velocidades menores e menos mortes, outras experiências dentro e fora do Brasil ainda devem ser comunicadas efetivamente à população.

Texto 2

Cidade são, mente são?

Por Carlos Leite, Hermano Tavares e Paulo Saldiva

As cidades surgiram da necessidade de sobrevivência da espécie humana. Em regiões onde o modo de vida de nossos antepassados caçadores/coletores não era possível, tornou-se imperioso obter alimentos por meio de técnicas agropecuárias. O aumento da produção de nutrientes permitiu o crescimento e a fixação da população humana em cidades.

[...]

Porém, junto com as aglomerações vieram o saneamento precário e a proliferação de patógenos que trouxeram consigo o adoecimento. Talvez seja válido dizer que Logos e Páthos caminham de braços dados pelas ruas das cidades mundo afora.

[...]

Nesse contexto, a cidade é o resultado de uma complexa interação entre governança, ambientes urbanos físicos, sociais e econômicos, tendo como protagonista a biologia dos seus habitantes. De fato, segmentos populacionais menos privilegiados, que ocupam, em sua maioria, as periferias urbanas, combinam um ambiente mais hostil (moradia precária, mau saneamento, maior exposição à poluição do ar e risco de doenças infecciosas) com mais comorbidades, deficiência nutricional, menor acesso à informação, à educação e, sem dúvida, à saúde em si – não apenas física como também mental. [...]

No Brasil, as doenças mentais são o terceiro maior conjunto de morbidades a pesar na sociedade [...]. Um estudo epidemiológico conduzido na região metropolitana de São Paulo mostra que aproximadamente 40% da população urbana preencheu critérios para ao menos um diagnóstico psiquiátrico ao longo da vida [...]. Exposição ao ambiente urbano e privação social foram associados como fatores de risco para todas as condições mentais [...]

Nas favelas, outra questão que se impõe é a da violência urbana. Um estudo epidemiológico sobre o tema mostrou elevada exposição da população a eventos traumáticos (86%), dos quais 11% apresentariam risco para desenvolvimento de um transtorno do estresse pós-traumático (TEPT), sendo que as mulheres teriam um risco três vezes maior do que homens nesse aspecto. Chama atenção no estudo, o fato de que 35% dos casos identificados de TEPT foram desencadeados pela perda inesperada de um ente querido e 40% devido à violência interpessoal.

Um outro estudo de natureza qualitativa soma a esse panorama, já desolador, o elemento da coerção social. Em muitas dessas comunidades, o poder do arbítrio e o uso da violência como instrumento de controle social, funções atribuídas ao Estado, são complementados – quando não completamente substituídos – pelas sociedades dedicadas ao tráfico de drogas e o crime organizado. [...] Em uma complementaridade pungente ao relato mais técnico do levantamento epidemiológico, o estudo qualitativo dá voz ao sofrimento principalmente de mães, esposas e cuidadoras em geral [...]

Contudo, o ambiente urbano desafia a saúde mental para além dos seus aspectos sociais, envolvendo questões físicas e materiais como a poluição ambiental e sonora; o espraiamento das cidades e a necessidade de longos períodos de deslocamento de casa para o trabalho e vice-versa; e, ainda, a progressiva substituição da paisagem natural pela chamada “selva de concreto”. No caso dos longos deslocamentos diários casa-trabalho-casa, eles podem ser agravados quando, por força da baixa remuneração, a população mais vulnerável tem que assumir dois ou mais empregos para garantir uma renda condizente. Isso se traduzirá em mais horas de afastamento do domicílio, da família e dos filhos, com maior sofrimento para mulheres e crianças. Os pequenos, necessitados de uma presença parental mais efetiva, crescerão no ambiente adverso, com pouca supervisão, disso resultando, entre outros problemas, um reduzido aproveitamento escolar, evasão e baixa qualificação – perpetuando assim tal ciclo negativo. A evolução dos transtornos mentais reforça a percepção da relevância do amparo à infância como o meio mais efetivo de prevenção desses males. Metade desses transtornos identificados em adultos tiveram seu início antes dos 15 anos de idade – e a maioria começa antes dos 20 anos. [...]

[...]

Nesse sentido, os programas do urbanismo social podem ser instrumento poderoso. [...] Consagrado em Medellín, [...] o urbanismo social é um modelo que pode e deve ganhar maior robustez nas cidades. Ou seja, urge otimizar as valiosas metodologias do urbanismo social para além de seus focos essenciais – urbanização do território, promoção de infraestruturas urbanas, habitação social, equipamentos e serviços públicos, mobilidade etc. [...] Sabe-se que não são apenas as intervenções físicas que transformam o território, mas o tecido social de confiança, com articulação comunitária construída na vida coletiva e no exercício cidadão. Não à toa, o sucesso de Medellín em grande parte se deve à promoção, desde o início do processo, dos espaços públicos e dos grandes equipamentos públicos onde a vida comunitária é valorizada.

[...]

Melhorar as condições de vida dos habitantes das favelas de modo integral, considerando sempre os aspectos sociais coletivos que impõem diversos tipos de sofrimentos mentais individuais, e ampliar o direito à cidade é também promover o direito à saúde mental. Assim, reciclando a célebre citação do poeta italiano Juvenal, que no século I já pedia uma mente são em um corpo são, cabe-nos trabalhar para promover um ambiente são de modo que mentes-corpos periféricos tenham mais condições de saúde.

Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/cidade-sa-mente-sa/>

13

O texto 2 tem caráter argumentativo. A passagem que melhor sintetiza sua *tese central* é:

- (A) “As cidades surgiram da necessidade de sobrevivência da espécie humana” (1º parágrafo)
- (B) “O aumento da produção de nutrientes permitiu o crescimento e a fixação da população humana em cidades” (1º parágrafo)
- (C) “Os pequenos, necessitados de uma presença parental mais efetiva, crescerão no ambiente adverso, com pouca supervisão, disso resultando, entre outros problemas, um reduzido aproveitamento escolar, evasão e baixa qualificação” (7º parágrafo)
- (D) “Não à toa, o sucesso de Medellín em grande parte se deve à promoção, desde o início do processo, dos espaços públicos e dos grandes equipamentos públicos onde a vida comunitária é valorizada.” (8º parágrafo)
- (E) “Melhorar as condições de vida dos habitantes das favelas de modo integral, considerando sempre os aspectos sociais coletivos que impõem diversos tipos de sofrimentos mentais individuais, e ampliar o direito à cidade é também promover o direito à saúde mental.” (9º parágrafo)

14

Ao estabelecer um diálogo com um texto cronologicamente anterior, o título do texto 2 ilustra o fenômeno da intertextualidade.

Por meio dessa referência intertextual, o título do texto 2:

- (A) reafirma a ideia do texto com o qual dialoga;
- (B) amplia a ideia do texto com o qual dialoga;
- (C) refuta a ideia do texto com o qual dialoga;
- (D) desqualifica a ideia do texto com o qual dialoga;
- (E) questiona a ideia do texto com o qual dialoga.

15

“No caso dos longos deslocamentos diários casa-trabalho-casa, eles podem ser agravados quando, por força da baixa remuneração, a população mais vulnerável tem que assumir dois ou mais empregos para garantir uma renda condizente. Isso se traduzirá em mais horas de afastamento do domicílio, da família e dos filhos, com maior sofrimento para mulheres e crianças. Os pequenos, necessitados de uma presença parental mais efetiva, crescerão no ambiente adverso, com pouca supervisão, disso resultando, entre outros problemas, um reduzido aproveitamento escolar, evasão e baixa qualificação – perpetuando assim tal ciclo negativo.” (Texto 2)

O “ciclo negativo” mencionado na passagem acima deve ser entendido como:

- (A) repetição de mazelas sociais a cada troca de governo;
- (B) invisibilização de problemas socioeconômicos a cada nova família desfavorecida;
- (C) avaliação do aproveitamento escolar a cada novo estudo epidemiológico;
- (D) reprodução de uma mesma situação trágica a cada nova geração;
- (E) ampliação da desigualdade a cada nova situação de desemprego.

16

O texto 2 apresenta uma linguagem predominantemente objetiva, por meio da qual se busca ocultar a presença do enunciador.

Uma estratégia gramatical adotada para esse fim consiste no emprego de:

- (A) orações coordenadas, como se vê em “O aumento da produção de nutrientes permitiu o crescimento e a fixação da população humana em cidades”;
- (B) orações adjetivas, como se vê em “De fato, segmentos populacionais menos privilegiados, que ocupam, em sua maioria, as periferias urbanas [...]”;
- (C) voz passiva sintética, como se vê em “Sabe-se que não são apenas as intervenções físicas que transformam o território”;
- (D) modalizadores, como se vê em “Talvez seja válido dizer que Logos e Páthos caminham de braços dados pelas ruas das cidades mundo afora”;
- (E) locuções adverbiais, como se vê em “No Brasil, as doenças mentais são o terceiro maior conjunto de morbidades a pesar na sociedade”.

17

Embora o texto 2 apresente uma linguagem predominantemente objetiva, diversas passagens exibem marcas da subjetividade do enunciador.

Dentre as alternativas abaixo, a única em que o elemento sublinhado NÃO é uma marca de subjetividade é:

- (A) “Um outro estudo de natureza qualitativa soma a esse panorama, já desolador, o elemento da coerção social.”
- (B) “Ou seja, urge otimizar as valiosas metodologias do urbanismo social para além de seus focos essenciais”
- (C) “Consagrado em Medellín, [...] o urbanismo social é um modelo que pode e deve ganhar maior robustez nas cidades.”
- (D) “Em uma complementaridade pungente ao relato mais técnico do levantamento epidemiológico, o estudo qualitativo dá voz ao sofrimento principalmente de mães, esposas e cuidadoras em geral [...]”
- (E) “Sabe-se que não são apenas as intervenções físicas que transformam o território, mas o tecido social de confiança, com articulação comunitária construída na vida coletiva e no exercício cidadão”

18

“As cidades surgiram da necessidade de sobrevivência da espécie humana. Em regiões onde o modo de vida de nossos antepassados caçadores/coletores não era possível, tornou-se imperioso obter alimentos por meio de técnicas agropecuárias. O aumento da produção de nutrientes permitiu o crescimento e a fixação da população humana em cidades.”

A reescritura da passagem do texto 2 acima na qual NÃO se verifica nenhum desvio em relação à norma padrão do português é:

- (A) O surgimento das cidades se deveu a necessidade de sobrevivência da espécie humana. Em regiões onde o modo de vida de nossos antepassados caçadores/coletores não era possível, tornou-se imperioso obter alimentos por meio de técnicas agropecuárias. O aumento da produção de nutrientes propiciou o crescimento e a fixação da população humana em cidades.
- (B) O surgimento das cidades pode ser atribuído a necessidade de sobrevivência da espécie humana. Tornou-se imperioso em regiões nas quais o modo de vida de nossos antepassados caçadores/coletores não era possível, obter alimentos por meio de técnicas agropecuárias. O aumento da produção de nutrientes permitiu o crescimento e a fixação da população humana em cidades.
- (C) As cidades surgiram da necessidade de sobrevivência da espécie humana. Em regiões que o modo de vida de nossos antepassados caçadores/coletores não era possível, tornou-se imprescindível obter alimentos por meio de técnicas agropecuárias. O aumento da produção de nutrientes permitiu o crescimento e a fixação da população humana em cidades.
- (D) As cidades surgiram em consequência da necessidade de sobrevivência da espécie humana. Em regiões onde o modo de vida de nossos antepassados caçadores/coletores não era possível, tornou-se imperioso que os humanos obtessem alimentos por meio de técnicas agropecuárias. O aumento da produção de nutrientes permitiu o crescimento e a fixação da população humana em cidades.
- (E) O surgimento das cidades decorreu da necessidade de sobrevivência da espécie humana. Em regiões nas quais o modo de vida de nossos antepassados caçadores/coletores não era viável, tornou-se imperiosa a obtenção de alimentos por meio de técnicas agropecuárias. Graças ao aumento da produção de nutrientes, tornaram-se possíveis o crescimento e a fixação da população humana em cidades.

19

Em cada alternativa abaixo, apresenta-se a reescritura de alguma passagem do texto 2. A alternativa em que essa reescritura NÃO gerou erro no uso do acento grave no elemento sublinhado é:

- (A) Nesse contexto, a cidade se deve à uma complexa interação entre governança, ambientes urbanos físicos, sociais e econômicos.
- (B) De fato, segmentos populacionais menos privilegiados combinam um ambiente mais hostil com mais comorbidades, deficiência nutricional, menor acesso à informações.
- (C) Um estudo epidemiológico conduzido na região metropolitana de São Paulo chegou a conclusão de que aproximadamente 40% da população urbana preencheu critérios para ao menos um diagnóstico psiquiátrico.
- (D) Em uma complementaridade pungente às conclusões mais técnicas do levantamento epidemiológico, o estudo qualitativo dá voz ao sofrimento principalmente de mães, esposas e cuidadoras em geral.
- (E) No caso dos longos deslocamentos diários casa-trabalho-casa, eles podem ser agravados quando a população mais vulnerável é forçada a assumir dois ou mais empregos.

20

“Nesse contexto, a cidade é o resultado de uma complexa interação entre governança, ambientes urbanos físicos, sociais e econômicos, tendo como protagonista a biologia dos seus habitantes.”

Uma proposta de reescritura da passagem do texto 2 destacada acima na qual NÃO se verifica erro relativo ao emprego dos sinais de pontuação é:

- (A) A cidade é nesse contexto, o resultado de uma complexa interação entre governança, ambientes urbanos físicos, sociais e econômicos, tendo assim como protagonista a biologia dos seus habitantes.
- (B) Nesse contexto, a cidade é o resultado de uma complexa interação entre governança, ambientes urbanos físicos, sociais e econômicos, tendo, como protagonista, a biologia dos seus habitantes.
- (C) Nesse contexto, a cidade é o resultado de uma complexa interação entre governança, ambientes urbanos físicos, sociais e econômicos, tendo assim, como protagonista a biologia dos seus habitantes.
- (D) Nesse contexto, a cidade, é o resultado de uma complexa interação entre governança, ambientes urbanos físicos, sociais e econômicos, assim tendo como protagonista, a biologia dos seus habitantes.
- (E) Nesse contexto, a cidade é o resultado de uma complexa interação entre governança, ambientes urbanos físicos, sociais e econômicos, tendo, a biologia dos seus habitantes, como protagonista.

Raciocínio Lógico-Matemático

21

As amigas Carla e Diana fazem aniversário hoje. Há 6 anos, quando Carla fez 7 anos, Diana deu um cachorrinho recém-nascido para Carla, que deu o nome Bob a ele. Hoje, a soma das idades de Bob, Carla e Diana é 35 anos.

A diferença, em anos, entre as idades de Diana e Carla é:

- (A) 2;
- (B) 3;
- (C) 4;
- (D) 5;
- (E) 6.

22

Natália tem dez moedas de R\$ 0,25, dez moedas de R\$ 0,50 e dez moedas de R\$ 1,00. Ela foi a uma mercearia e quer pagar R\$ 9,75 com as moedas que ela tem.

O maior número de moedas que ela pode usar para pagar esse valor é:

- (A) 15;
- (B) 17;
- (C) 18;
- (D) 20;
- (E) 21.

23

Considere o conjunto dos números naturais de 2 até 20:

$$\{2, 3, 4, 5, \dots, 18, 19, 20\}$$

O número de pares ordenados que podem ser formados com os elementos desse conjunto, de tal forma que as primeiras coordenadas (abscissas) sejam números pares e maiores do que as segundas coordenadas (ordenadas) correspondentes é:

- (A) 120;
- (B) 100;
- (C) 90;
- (D) 80;
- (E) 60.

24

Joana gastou 30% da sua mesada comprando chocolates e 40% do que sobrou comprando livros.

Da sua mesada total, Joana ainda tem:

- (A) 28%;
- (B) 30%;
- (C) 36%;
- (D) 42%;
- (E) 54%.

25

Sabe-se que a sentença:

“Se a camisa é preta e a calça é branca, então o cinto é marrom ou o sapato é marrom” é FALSA.

É correto afirmar que:

- (A) Se o cinto é marrom, então o sapato é marrom;
- (B) Se o sapato não é marrom, então a camisa não é preta;
- (C) Se a calça é branca, então o sapato é marrom;
- (D) Se a camisa é preta, então a calça não é branca;
- (E) Se a camisa é preta, então o cinto é marrom.

26

Um dado cúbico honesto, com as faces numeradas de 1 a 6, é lançado duas vezes consecutivas. Sabe-se que no primeiro lançamento saiu um número maior do que 4.

A probabilidade de que a soma dos dois números sorteados seja maior do que 8 é:

- (A) $\frac{1}{2}$;
- (B) $\frac{2}{3}$;
- (C) $\frac{5}{8}$;
- (D) $\frac{7}{12}$;
- (E) $\frac{9}{16}$.

27

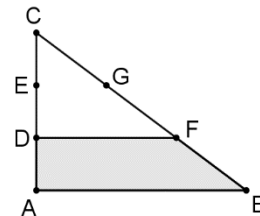
Uma impressora deve imprimir os relatórios personalizados de todos os clientes de certa corretora. A impressão de cada um demora 24 segundos e a corretora possui 1.200 clientes.

Trabalhando continuamente, a impressora realizará todo o trabalho em:

- (A) 7 horas e meia;
- (B) 7 horas e 40 minutos;
- (C) 8 horas;
- (D) 8 horas e meia;
- (E) 9 horas.

28

Na figura abaixo, o triângulo ABC é retângulo em A.



O lado AC está dividido em 3 partes iguais pelos pontos D e E; o lado BC está dividido em 3 partes iguais pelos pontos F e G.

São dados $AB = 18$ cm e $AC = 12$ cm.

A área do quadrilátero ABFD, em cm^2 , é:

- (A) 42;
- (B) 45;
- (C) 48;
- (D) 60;
- (E) 72.

29

Duas máquinas funcionam continuamente. Uma delas necessita de vistoria a cada 15 dias e a outra necessita de vistoria a cada 25 dias.

As duas máquinas foram vistoriadas no dia 1º de março.

O próximo dia em que as máquinas receberão vistoria simultaneamente será:

- (A) 9 de abril;
- (B) 19 de abril;
- (C) 2 de maio;
- (D) 14 de maio;
- (E) 15 de maio.

30

Um morro foi cortado para a construção de uma estrada e 12 caminhões trabalharam durante 24 dias para transportar toda a terra para um aterro próximo.

Se 18 caminhões tivessem sido usados para esse trabalho, o transporte de toda a terra teria sido realizado em:

- (A) 16 dias;
- (B) 18 dias;
- (C) 20 dias;
- (D) 30 dias;
- (E) 36 dias.

31

A roda de certa bicicleta tem 60 cm de diâmetro externo. A bicicleta tem um contador de voltas, ou seja, um aparelho que registra o número de voltas dadas pela roda em determinado percurso. Jair testou essa bicicleta e fez um percurso onde o contador registrou 500 voltas da roda.

Considere a aproximação $\pi = 3,14$.

A distância percorrida por Jair nesse teste foi de, aproximadamente:

- (A) 840 m;
- (B) 940 m;
- (C) 1060 m;
- (D) 1120 m;
- (E) 1200 m.

32

Os corredores A e B são tais que a velocidade de A é 50% maior que a velocidade de B. Em uma pista, B está 120 m à frente de A e, juntos, iniciam uma corrida com A perseguindo B.

A distância que o corredor A percorrerá até alcançar B é:

- (A) 240 m;
- (B) 300 m;
- (C) 320 m;
- (D) 360 m;
- (E) 480 m.

Legislação

33

Maria, que foi ofendida em sua honra por Antônia, almejava a responsabilização penal de sua ofensora. Considerando que, de acordo com a sistemática legal vigente, a hipótese é de ação penal privada, Maria procurou um órgão da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul e solicitou o ajuizamento da referida ação.

Na ocasião, o defensor público informou corretamente a Maria que o patrocínio da ação almejada:

- (A) exige a realização de uma acusação, o que é vedado à Defensoria Pública;
- (B) exige a realização de uma acusação, o que, na generalidade dos casos, é função institucional da Defensoria Pública;
- (C) depende de autorização expressa do Conselho Superior da Defensoria Pública, considerando o interesse público envolvido;
- (D) somente é possível caso Antônia não seja hipossuficiente, pois, nesse caso, é vedado que a Defensoria Pública realize a acusação e a defesa em uma mesma relação processual;
- (E) está inserido entre as funções institucionais da Defensoria Pública, o mesmo ocorrendo com a ação penal privada subsidiária da pública, mas não com a ação penal pública.

34

ZZ, que ocupa o cargo de defensor público no Estado do Rio Grande do Sul há dez anos, foi procurado em sua residência por João, pessoa muito abastada e que estava sendo acusado de ser o autor de um crime de homicídio. Na ocasião, João solicitou que ZZ fosse o seu advogado.

ZZ respondeu, corretamente, que:

- (A) poderia ser o advogado de João, considerando a natureza da acusação;
- (B) poderia ser o advogado de João, caso fosse designado pela Ordem dos Advogados do Brasil;
- (C) não poderia ser o advogado de João, pois não estava caracterizado o exercício de uma atribuição institucional da Defensoria Pública;
- (D) poderia ser o advogado de João, pois compete aos defensores públicos defender quaisquer pessoas acusadas da prática de crimes;
- (E) não poderia ser o advogado de João, pois é vedado aos defensores públicos, em razão da grave afronta aos direitos humanos, defenderem os réus dos crimes de homicídio.

35

XX, defensora pública do Estado do Rio Grande do Sul, sofreu representação disciplinar na qual foi narrada a alegada prática de falta funcional punida com a sanção de advertência.

Nesse caso, à luz do disposto na Lei Complementar estadual nº 11.795/2002, é correto afirmar que a falta funcional:

- (A) deve ser apurada em sede de correição;
- (B) deve ser apurada em sede de sindicância;
- (C) deve ser apurada em sede de processo administrativo disciplinar sumário;
- (D) deve ser apurada em sede de processo administrativo disciplinar ordinário;
- (E) por ter menor potencial ofensivo, não será objeto de investigação a ser instaurada em desfavor de XX.

36

No período imediatamente anterior à alteração da composição do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, Joana, servidora da instituição, foi instada, por seu superior hierárquico, a adotar determinadas providências relacionadas a essa alteração, o que suscitou dúvidas em relação à composição do colegiado.

Ao fim de suas reflexões, Joana concluiu, corretamente, que o referido órgão:

- (A) conta com uma paridade de membros natos e de membros eleitos;
- (B) é formado pelos defensores públicos ativos e estáveis mais antigos na carreira;
- (C) conta com membros natos e membros eleitos, sendo que estes constituem a maioria;
- (D) conta com membros natos e membros eleitos, sendo que aqueles constituem a maioria;
- (E) é formado pelos agentes que ocupam os cargos de defensor público-geral, subdefensor público-geral, corregedor-geral e ouvidor-geral.

37

João, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul, foi deslocado, com o respectivo cargo, de uma entidade da administração indireta, dessa estrutura de poder, para outra entidade, também da administração indireta e da mesma estrutura de poder, com planos de cargos e vencimentos idênticos.

Considerando a sistemática estabelecida pela Lei Complementar estadual nº 10.098/1994, João foi submetido à:

- (A) redistribuição;
- (B) readaptação;
- (C) transposição;
- (D) substituição;
- (E) remoção.

38

João, ocupante do cargo de provimento efetivo de técnico da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, consultou a legislação vigente para se inteirar da relevância dos conceitos de padrão e classe na perspectiva da carreira em que está inserido, Ao fim de suas reflexões, concluiu, corretamente, que a carreira é composta por:

- (A) classes, sendo cada qual constituída por padrões, e a movimentação entre as primeiras caracteriza a promoção, e a transição entre os últimos, a progressão;
- (B) classes, sendo cada qual constituída por padrões, e a movimentação entre as primeiras caracteriza a progressão, e a transição entre os últimos, a realocação;
- (C) padrões, sendo cada qual constituído por escalas de vencimentos, de modo que a transição entre os primeiros caracteriza a progressão, e a movimentação entre as últimas, a promoção;
- (D) classes, sendo cada qual constituída por escalas de vencimentos, de modo que a transição entre as primeiras caracteriza a transposição, e a movimentação entre as últimas, a promoção;
- (E) padrões, sendo cada qual constituído por classes, e a movimentação entre os primeiros, conforme critérios de antiguidade e merecimento, caracteriza a promoção, e a transição entre as últimas, o interstício.

39

Maria, servidora recém-empossada em cargo de provimento efetivo da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, questionou suas colegas de trabalho a respeito dos requisitos a serem preenchidos, da forma de nomeação e da remuneração do ouvidor-geral da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Ana esclareceu que esse agente é nomeado pelo defensor público-geral, a partir de escolha realizada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública. Gislene, por sua vez, afirmou que somente poderiam integrar a lista triíplice integrantes das carreiras jurídicas de Estado e de Governo. Esther, por fim, defendeu que o ouvidor-geral seria remunerado por subsídio correspondente ao de defensor público do Estado do Rio Grande do Sul da classe final.

Considerando a disciplina estabelecida na Lei estadual nº 13.536/2010, é correto afirmar, em relação às assertivas de Ana, Gislene e Esther, que:

- (A) todas estão erradas;
- (B) apenas a de Ana está certa;
- (C) apenas a de Esther está certa;
- (D) apenas as de Ana e Gislene estão certas;
- (E) apenas as de Gislene e Esther estão certas.

40

No âmbito do Estado Alfa, determinada sociedade empresária, que oferecia o fretamento de ônibus para fins de transporte coletivo destinado à população de baixa renda, locou diversos veículos que se encontravam em condições precárias. Por tal razão, esses veículos se envolveram em acidentes que acarretaram a morte de diversas pessoas. Sensibilizado pelo clamor público e convicto da necessidade de responsabilização dos autores, o governador do Estado Alfa, em coletiva de imprensa, informou que colocaria a Defensoria Pública em regime de plantão especial, de modo a atender, com a maior celeridade possível, os familiares das vítimas, com o correlato ajuizamento das ações de reparação de danos.

À luz da sistemática constitucional, a narrativa acima se mostra:

- (A) certa, considerando que o governador do Estado deve definir as grandes linhas das políticas públicas a serem adotadas no território estadual;
- (B) certa, considerando que o governador do Estado ocupa a chefia do Poder Executivo, tendo ascendência hierárquica sobre as estruturas orgânicas que integram esse Poder;
- (C) certa, considerando que a Defensoria Pública, embora tenha autonomia funcional, carece de autonomia administrativa, estando sujeita às diretrizes estabelecidas pelo governador do Estado;
- (D) errada, pois a atuação da Defensoria Pública é primordialmente direcionada à tutela coletiva dos interesses indisponíveis, não à tutela individual de interesses disponíveis;
- (E) errada, pois a autonomia administrativa da Defensoria Pública afasta qualquer ingerência do governador do Estado em relação à organização e à alocação dos recursos humanos dessa instituição.

Conhecimentos Específicos

41

A Norma Regulamentadora nº 1, ou simplesmente NR-1, trata das disposições gerais e do gerenciamento de riscos ocupacionais, ou seja, os que podem ser ocasionados durante o trabalho.

No contexto da referida norma, em relação aos direitos e deveres dos empregadores e trabalhadores, é correto afirmar que cabe ao:

- (A) empregador submeter-se aos exames médicos previstos nas NRs;
- (B) trabalhador elaborar ordens de serviço sobre segurança e saúde no trabalho;
- (C) empregador informar aos trabalhadores os riscos ocupacionais existentes nos locais de trabalho;
- (D) empregador usar o equipamento de proteção individual fornecido pelo trabalhador;
- (E) trabalhador determinar procedimentos que devem ser adotados em caso de acidente ou doença relacionada ao trabalho, incluindo a análise de suas causas.

42

A NR-3 é a Norma Regulamentadora que estabelece os procedimentos para embargo e interdição quando constatado risco grave ou iminente aos trabalhadores. A caracterização do grave e iminente risco deve considerar a probabilidade de ocorrência e sua consequência.

Em relação à classificação de probabilidades e sua descrição, é correto inferir que na classificação:

- (A) possível, uma consequência é pouco provável que aconteça, quase improvável;
- (B) remota, uma consequência talvez aconteça, com possibilidade de que se efetive, concebível;
- (C) rara, uma consequência é medianamente esperada, mas não é tão comum sua ocorrência;
- (D) provável, uma consequência é esperada, com grande probabilidade de que aconteça ou se realize;
- (E) especial, uma consequência não é esperada, não é comum sua ocorrência, extraordinária.

43

A Norma Regulamentadora nº 6 (Equipamento de Proteção Individual) estabelece várias obrigações para o empregador, para o empregado e para o fabricante, todas com a finalidade de preservar a segurança e o conforto em todos os postos de trabalho.

No contexto da referida norma, é correto afirmar que cabe:

- (A) ao empregado, quanto ao EPI, adquirir o adequado ao risco de cada atividade;
- (B) ao fabricante nacional ou ao importador do EPI responsabilizar-se pela guarda e conservação;
- (C) ao empregado, quanto ao EPI, orientar e treinar o empregador sobre o uso adequado, guarda e conservação;
- (D) ao empregador comercializar ou colocar à venda somente o EPI portador de CA (Certificado de Aprovação);
- (E) ao empregador, quanto ao EPI, registrar o seu fornecimento ao trabalhador, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico.

44

A NR-8 estabelece requisitos técnicos mínimos que devem ser observados nas edificações, para garantir segurança e conforto aos que nelas trabalham.

Nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) nos pisos, escadas, rampas, corredores e passagens dos locais de trabalho, onde houver perigo de escorregamento, deve ser vedada a circulação;
- (B) os pisos dos locais de trabalho não devem apresentar saliências nem depressões que prejudiquem a circulação de pessoas ou a movimentação de materiais;
- (C) as edificações dos locais de trabalho devem ser projetadas e construídas de modo a dar preferência para a insolação excessiva e não para a falta de insolação;
- (D) para avaliar a necessidade de proteção contra quedas, os andares acima do solo são verificados de modo facultativo ou caso seja averiguado risco iminente;
- (E) as rampas e as escadas fixas de qualquer tipo devem ser construídas de acordo com a necessidade da instalação ou da obra, podendo ser excluídas das verificações iniciais de segurança.

45

A NR-9 estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). As ações do PPRA devem ser desenvolvidas no âmbito de cada estabelecimento da empresa, sob a responsabilidade do empregador, com a participação dos trabalhadores.

Em relação aos riscos ambientais, é correto afirmar que se consideram agentes:

- (A) biológicos as bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, vírus, entre outros;
- (B) secundários os que causam danos leves aos trabalhadores, não havendo necessidade de hospitalização;
- (C) primários os que têm potencial de causar danos graves à saúde dos empregados, sendo necessárias a evacuação e a hospitalização imediata dos atingidos;
- (D) químicos as diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como ruídos, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas, radiações ionizantes, radiações não ionizantes, bem como o infrassom e o ultrassom;
- (E) físicos as substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória, nas formas de poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases ou vapores, ou que, pela natureza da atividade de exposição, possam ter contato ou ser absorvidos pelo organismo através da pele ou por ingestão.

46

Algumas definições e conceitos importantes apresentados pela NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade) permitem o bom entendimento e a correta aplicação da norma. Dentre as definições a seguir, extraídas da NR-10, é correto afirmar que:

- (A) equipamento de proteção coletiva é aquele tornado inacessível por meio de invólucro ou barreira;
- (B) alta tensão é aquela inferior a 1.000 volts em corrente alternada ou 1.500 volts em corrente contínua, entre fases ou entre fase e terra;
- (C) extra baixa tensão é aquela não superior a 110 volts em corrente alternada ou 220 volts em corrente contínua, entre fases ou entre fase e terra;
- (D) barreira é a ligação elétrica efetiva confiável e adequada à terra, destinada a garantir a equipotencialidade e mantida continuamente durante a intervenção na instalação elétrica;
- (E) baixa tensão é aquela superior a 50 volts em corrente alternada ou 120 volts em corrente contínua e igual ou inferior a 1.000 volts em corrente alternada ou 1.500 volts em corrente contínua, entre fases ou entre fase e terra.

47

De acordo com a NR-11, os pisos dos locais de trabalho onde houver movimentação de chapas de rochas ornamentais fracionadas devem ser projetados e construídos de acordo com parâmetros técnicos, com o objetivo de suportar as cargas usuais e oferecer segurança na movimentação. Dessa forma, a inclinação longitudinal do piso deve ser de, no máximo, 5%.

Determinado piso possui as seguintes características: altura do desnível igual a 2 metros e comprimento da projeção horizontal igual a 50 metros. Com o intuito de verificar se o piso atende à exigência da norma, foi calculada a inclinação do piso, em porcentagem.

O valor obtido foi:

- (A) 2%;
- (B) 3%;
- (C) 4%;
- (D) 5%;
- (E) 6%.

48

Para garantir seu bom funcionamento, sabe-se que as máquinas e equipamentos devem ser submetidos a manutenções na forma e periodicidade determinada pelo fabricante, por profissional legalmente habilitado ou por profissional qualificado, conforme as normas técnicas.

Nesse contexto, tendo em vista o que preconiza a NR-12 (Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos), é correto afirmar que:

- (A) as manutenções devem ser registradas em livro próprio, ficha ou sistema informatizado interno da empresa, sendo necessária a escrituração do nome do responsável pela execução das intervenções;
- (B) o registro das manutenções é um documento reservado, não devendo ficar disponível a todos os trabalhadores envolvidos na operação, somente com autorização da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) tais dados podem ser consultados;
- (C) exige-se que as manutenções preventivas de itens que influenciem na segurança possuam cronograma de execução, descrição das técnicas de análise e meios de supervisão centralizados ou de amostragem, dessa forma, o equipamento deve ficar indisponível por no mínimo 48 horas;
- (D) a manutenção de máquinas e equipamentos contemplará, quando indicado pelo fabricante, dentre outros itens, a realização de Ensaios Destrutivos (EDs) nas estruturas e componentes submetidos a solicitações de força e cuja ruptura ou desgaste possa ocasionar acidentes;
- (E) manutenção, inspeção, reparos, limpeza, ajuste e outras intervenções que se fizerem necessárias devem ser executadas por profissionais capacitados, qualificados ou legalmente habilitados, formalmente autorizados pelo empregador, com máquinas e equipamentos em movimento para melhor detecção do problema.

49

Se durante a jornada de trabalho ocorrerem dois ou mais períodos de exposição a ruído de diferentes níveis, devem ser considerados os seus efeitos combinados para fins de mensuração da exposição. De acordo com a NR-15 (Atividades e operações insalubres), para ruídos de 100 decibéis a máxima exposição diária permissível é de 1 hora. Para ruídos de 110 decibéis, é de 15 minutos. Caso o efeito combinado exceda a unidade, a exposição estará acima do limite de tolerância. Suponha uma situação em que o trabalhador é exposto a 100 decibéis, 30 minutos por dia, e a 110 decibéis, 5 minutos por dia.

O efeito combinado para a referida situação pode ser representado pela fração:

- (A) 5/6;
- (B) 6/5;
- (C) 4/5;
- (D) 5/4;
- (E) 4/6.

50

O Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) constitui-se em um documento histórico-laboral do trabalhador que reúne, entre outras informações, dados administrativos, registros ambientais e resultados de monitoração biológica, durante todo o período em que este exerceu suas atividades.

Uma finalidade do referido documento é:

- (A) assegurar a competitividade e a igualdade de condições entre os interessados em participar das licitações públicas;
- (B) comprovar as condições para habilitação de benefícios e serviços previdenciários, em particular, o benefício de aposentadoria especial;
- (C) promover a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, levando em consideração o melhor custo-benefício;
- (D) promover a redução das desigualdades sociais e fiscais, ao estabelecer uma maior progressividade nas alíquotas de contribuição previdenciária e no cálculo dos benefícios;
- (E) reduzir o déficit previdenciário e garantir a sustentabilidade do sistema a longo prazo, por meio da adoção de medidas como a equiparação das regras para servidores públicos e trabalhadores do setor privado.

51

Observe a definição a seguir: “Instrumento utilizado pela previdência social brasileira para estabelecer a relação entre a atividade laboral e a doença que acometeu o trabalhador, com o objetivo de reconhecer a doença ocupacional e conceder o benefício previdenciário correspondente”.

As características apresentadas descrevem o(a):

- (A) Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa);
- (B) Fator Acidentário de Prevenção (FAP);
- (C) Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP);
- (D) Programa de Integração Social (PIS);
- (E) Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).

52

De acordo com a NR-6, considera-se Equipamento de Proteção Individual (EPI) todo dispositivo ou produto, de uso individual, utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.

Tendo como base a norma citada, EPIs para proteção respiratória, proteção dos membros superiores e proteção contra quedas com diferença de nível são, respectivamente:

- (A) peça semifacial filtrante, protetor auditivo de inserção e cinturão de segurança com dispositivo trava-queda;
- (B) capacete para proteção contra impactos de objetos sobre o crânio, luvas para proteção das mãos contra agentes térmicos e macacão para proteção do tronco e membros superiores;
- (C) protetor auditivo semiauricular, vestimenta para proteção de todo o corpo contra riscos de origem química e cinturão de segurança com talabarte;
- (D) respirador purificador de ar não motorizado, luvas para proteção das mãos contra choques elétricos e cinturão de segurança com dispositivo trava-queda;
- (E) respirador de fuga, vestimentas para proteção do tronco contra riscos de origem térmica e braçadeira para proteção do antebraço contra agentes cortantes.

53

Segundo a Norma Regulamentadora nº 26 (Sinalização de Segurança), o produto químico utilizado no local de trabalho deve ser classificado quanto aos perigos para a segurança de acordo com os critérios estabelecidos pelo Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS), da Organização das Nações Unidas. Observe o pictograma a seguir.



De acordo com o Sistema GHS, ele refere-se a:

- (A) gases sob pressão;
- (B) sólidos pirofóricos;
- (C) gases inflamáveis;
- (D) explosivos;
- (E) gases oxidantes.

54

Segundo a Norma Regulamentadora nº 16, da Portaria nº 3.214 do Ministério do Trabalho, as atividades laborais com utilização de motocicleta no deslocamento de trabalhador em vias públicas são consideradas perigosas, quando o deslocamento ocorre:

- (A) em tarefas de entrega de mercadoria em toda a jornada de trabalho;
- (B) exclusivamente no percurso da residência para o local de trabalho;
- (C) em motoneta que não necessita de emplacamento;
- (D) exclusivamente em locais privados da fábrica;
- (E) em veículo que não exija Carteira Nacional de Habilitação para conduzi-lo.

55

A Norma Regulamentadora nº 35 prevê sistemas de proteção contra quedas de vários tipos.

Observe o sistema de proteção da figura a seguir.



Ela mostra um sistema de proteção contra quedas:

- (A) pessoal, passivo, de acesso por cordas;
- (B) coletivo, ativo, com restrição de movimentação;
- (C) pessoal, ativo, com restrição de movimentação;
- (D) coletivo, passivo, com retenção de queda;
- (E) pessoal, passivo, com retenção de queda.

56

A Norma Regulamentadora nº 17 visa estabelecer as diretrizes e os requisitos que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar conforto, segurança, saúde e desempenho eficiente no trabalho.

No que diz respeito ao levantamento, transporte e descarga individual de cargas, esse instrumento legal prevê que:

- (A) atendendo ao princípio da igualdade entre homens e mulheres, a carga limite suportada deverá ser a mesma para ambos os sexos;
- (B) é permitido o levantamento não eventual de cargas quando a distância de alcance horizontal da pega for inferior a 100 cm em relação ao corpo;
- (C) trabalhador menor de idade nas atividades de jovem aprendiz pode suportar carga limite equivalente à de trabalhadores homens;
- (D) todo trabalhador designado para o transporte manual não eventual de cargas deve receber orientação quanto aos métodos de levantamento, carregamento e deposição;
- (E) os limites de levantamento, transporte e descarga individual de cargas dessa NR também se aplicam ao levantamento, transporte e movimentação de pessoas.

57

A Norma Regulamentadora nº 24 regula as condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho.

No que diz respeito a essa norma, as instalações sanitárias, que se situam fora do corpo do estabelecimento, sempre devem atender a condição de:

- (A) ter parede revestida por acabamento permeável;
- (B) ser ventiladas para o exterior;
- (C) dispor de água canalizada ligada à rede geral;
- (D) comunicar-se com os locais de trabalho por meio de passagens com piso e cobertura;
- (E) dispor de esgoto ligado à rede geral.

58

A Norma Regulamentadora nº 16, da Portaria nº 3.214 do Ministério do Trabalho, estabelece atividades perigosas e limites de áreas de risco relativas a essas atividades.

Uma correlação correta entre as atividades perigosas e o limite de áreas de risco correspondente é:

- (A) tanques elevados de inflamáveis gasosos X círculo com raio de 3 m com centro nos pontos de vazamento eventual;
- (B) armazenagem de explosivos iniciadores com capacidade de 150 kg X faixa de terreno até a distância de 400 m;
- (C) poços de petróleo em produção de gás X círculo com raio mínimo de 15 m, com centro na boca do poço;
- (D) enchimento de vagões-tanques de inflamáveis gasosos liquefeitos X círculo com 15 m com centro nos pontos de vazamento eventual;
- (E) carga de vasilhames contendo inflamáveis líquidos transportados por navios X afastamento de 10 m da beira do cais, com extensão correspondente ao comprimento do navio.

59

A Norma Regulamentadora nº 17 prevê como instrumento para a obtenção de boas condições de trabalho a realização da Análise Ergonômica do Trabalho (AET).

Em uma organização em que o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) indicam a necessidade, a realização da Análise Ergonômica do Trabalho (AET) NÃO é obrigatória para:

- (A) Microempresa (ME) enquadrada como grau de risco 2;
- (B) Microempreendedor Individual (MEI);
- (C) Empresa de Pequeno Porte (EPP) enquadrada como grau de risco 1;
- (D) Empresa Ltda que fatura 8 milhões anuais enquadrada como grau de risco 2;
- (E) Microempresa (ME) enquadrada como grau de risco 1.

60

Segundo a Norma de Higiene Ocupacional 06 da Fundacentro, na avaliação da exposição ocupacional ao calor, são calculados, na condição de exposição avaliada, a taxa metabólica média ponderada no tempo (\bar{M}) e o IBUTG médio ponderado no tempo (\overline{IBUTG}).

Na comparação desses valores com os limites, uma atuação recomendada na tomada de decisão é a adoção de medidas preventivas ou de medidas corretivas visando a redução da exposição.

Uma medida preventiva prevista em norma é a:

- (A) utilização de barreiras refletoras ou absorventes;
- (B) disponibilização de água e sais minerais para reposição adequada da perda pelo suor;
- (C) modificação do processo para redução da emissividade das fontes de calor;
- (D) redução da umidade relativa do ar;
- (E) introdução de pausas.

61

O técnico de segurança do trabalho da empresa, buscando avaliar o nível de ruído presente em um posto de trabalho, realizou uma medição do Nível de Pressão Sonora (NPS) e encontrou o valor contínuo de 91 dB(A).

Baseado na Norma de Higiene Ocupacional 01 da Fundacentro (Avaliação da Exposição Ocupacional ao Ruído), o tempo máximo diário, em minutos, que esse trabalhador pode ficar, sem proteção auditiva, exposto a esse valor de NPS é de:

- (A) 60 minutos;
- (B) 80 minutos;
- (C) 120 minutos;
- (D) 180 minutos;
- (E) 240 minutos.

62

A Norma Regulamentadora nº 35 prevê, entre outros, o sistema de proteção contra quedas individual.

Um dos componentes desse sistema é o elemento de ligação, cuja função é unir o cinturão de segurança ao sistema de ancoragem.

Observe os componentes a seguir.

- I. Talabarte;
- II. Trava-quedas deslizante sobre linha vertical;
- III. Trava-quedas retrátil.

É (São) exemplo(s) de elemento(s) de ligação:

- (A) somente I;
- (B) somente III;
- (C) somente I e II;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

63

Atos inseguros são condutas nas quais os funcionários se expõem aos riscos de acidentes de trabalho; já condições inseguras são falhas no ambiente de trabalho que geram impactos na segurança e podem ocasionar um acidente.

Um exemplo de condição insegura é:

- (A) não utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);
- (B) deixar de ter atenção ao executar as atividades;
- (C) baixa iluminação e excesso de ruído;
- (D) desenvolver as funções em ritmo intenso;
- (E) limpar os equipamentos enquanto ligados ou em movimento.

64

A Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) é um documento que serve para registrar ocorrências de acidente, durante a atividade laboral, ou de doença relacionada a essa atividade, junto ao INSS. Ela tem finalidade trabalhista e previdenciária, servindo como prova do fato ocorrido.

O prazo máximo previsto em lei, após a ocorrência do sinistro, para comunicação do acidente do trabalho à Previdência Social é:

- (A) 6 horas;
- (B) 12 horas;
- (C) primeiro dia útil seguinte;
- (D) segundo dia útil seguinte;
- (E) quinto dia útil seguinte.

65

O proprietário e o responsável pelo uso das edificações ou áreas de risco de incêndio são solidariamente responsáveis por providenciar as medidas de segurança contra incêndio, incluindo a correta instalação de extintores de incêndio.

Os incêndios são classificados em classes A, B, C, D e K, dependendo do tipo de material combustível e de suas características de queima. Assim, necessitam de tipos diferentes de agentes extintores.

Os extintores de gás carbônico (CO₂), que agem por abafamento, extinguindo o oxigênio do local, são indicados para incêndios não superficiais de maior magnitude para as classes:

- (A) A e B;
- (B) A e D;
- (C) B e C;
- (D) B e D;
- (E) A, B, C, D e K.

66

Entende-se por ruído de impacto aquele que apresenta picos de energia acústica de duração inferior a um segundo, a intervalos superiores a um segundo.

Segundo a Norma de Higiene Ocupacional 01 da Fundacentro (Avaliação da Exposição Ocupacional ao Ruído), a determinação da exposição ao ruído de impacto deve ser feita por meio de medidor de nível de pressão sonora operando em "Linear" (dB(lin)) e circuito de resposta para medição de nível de pico, sendo o limite de exposição diária dado por:

$$Np = 160 - 10 \log n \quad [\text{em dB(lin)}]$$

Se o número de impactos ou impulsos ocorridos durante a jornada diária de trabalho foi de 10.000, o nível de pico diário máximo admissível, sem equipamento de proteção, em dB, é de:

- (A) 110;
- (B) 120;
- (C) 130;
- (D) 140;
- (E) 150.

67

Segundo a Norma Regulamentadora nº 4 (NR-4), que dispõe sobre os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), o dimensionamento desses serviços para os estabelecimentos graus de risco 1 e 2 de Microempresas (ME) e de Empresas de Pequeno Porte (EPP), deve ser considerado o somatório:

- (A) do total do número de trabalhadores desses estabelecimentos;
- (B) de um quarto do número de trabalhadores desses estabelecimentos;
- (C) de três quartos do número de trabalhadores desses estabelecimentos;
- (D) de um quinto do número de trabalhadores desses estabelecimentos;
- (E) da metade do número de trabalhadores desses estabelecimentos.

68

A Norma Regulamentadora nº 7 (NR-7), que dispõe sobre o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), em seu item 7.5.6, afirma que são obrigatórios os seguintes tipos de exames:

- (A) Admissional; Periódico; de Retorno ao Trabalho; de Mudança de Riscos Ocupacionais; Demissional;
- (B) Admissional; Periódico; de Retorno ao Trabalho; de Reabilitação Profissional; Demissional;
- (C) Admissional; Periódico; de Perícia Médica; de Mudança de Riscos Ocupacionais; Demissional;
- (D) Admissional; Periódico; de Retorno ao Trabalho; Audiometria; Demissional;
- (E) Admissional; Periódico; de Retorno ao Trabalho; Raio X de Tórax; Demissional.

69

Considere os parâmetros dos sinais vitais de pulso, de uma pessoa normal, a serem avaliados em casos de primeiros socorros.

As variações de frequência normais do pulso, em batimentos por minuto (BPM), de homens adultos e de mulheres adultas, respectivamente, são:

- (A) 50 - 70 BPM para homens e 60 - 80 BPM para mulheres;
- (B) 70 - 80 BPM para homens e 80 - 90 BPM para mulheres;
- (C) 60 - 80 BPM para homens e 70 - 90 BPM para mulheres;
- (D) 60 - 70 BPM para homens e 70 - 80 BPM para mulheres;
- (E) 70 - 80 BPM para homens e 60 - 70 BPM para mulheres.

70

Em casos de primeiros socorros a uma pessoa normal, na medição da temperatura oral ou bucal, o termômetro deve ficar por cerca de três minutos sob a língua, com o paciente sentado, semissentado (reclinado) ou deitado.

A variação média da temperatura oral ou bucal normal é de:

- (A) 36 a 36,8°C;
- (B) 36,2 a 36,8°C;
- (C) 36,2 a 37°C;
- (D) 36,4 a 37°C;
- (E) 36,4 a 37,2°C.

Realização

